



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
www.cecs.uminho.pt

**Mudanças climáticas, organizações ambientais e a imprensa britânica:
uma análise do poder de perspetivação ***

Anabela Carvalho

Professora Auxiliar

carvalho@ics.uminho.pt

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

* CARVALHO, A. (2002) "Mudanças climáticas, organizações ambientais e a imprensa britânica: uma análise do poder de perspetivação", pp. 750-762, in Miranda, J. B. e J. F. Silveira (org.) *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século*, actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Lisboa: Vega

Resumo: A comunicação incidirá sobre discursos públicos acerca de um dos problemas ambientais mais sérios e complexos da actualidade: as mudanças climáticas. Mais especificamente, apresentarei os resultados de uma análise da cobertura jornalística desta questão, na Grã-Bretanha, no período de 1988 a 1997.

A investigação que tenho levado a cabo no âmbito de doutoramento em curso no University College London pretende examinar as múltiplas traduções a que a problemática das mudanças climáticas é sujeita entre as esferas científica, pública e política. Procuo sobretudo avaliar o papel de algumas organizações ambientais - Friends of the Earth, Greenpeace e WWF - nestes debates.

A análise de imprensa tem, entre outros, os seguintes objectivos: identificar os quadros ('frames') de análise deste problema ambiental mais recorrentes na cobertura noticiosa; analisar as formas como o conhecimento científico é representado; examinar os valores envolvidos no debate sobre este tema - políticos, económicos, sociais; inferir acerca do peso das organizações ambientais como fontes para o jornalismo e como definidoras do tema em questão.

A metodologia a ser usada nesta análise vai buscar influências à análise de discurso e à 'frame analysis'. Os jornais escolhidos para este estudo são o *Guardian*, o *Independent* e o *Times* por serem jornais de referência na Grã-Bretanha.

Palavras-chave: media; frame; perspectivação; mudanças climáticas

Mudanças climáticas, organizações ambientais e a imprensa britânica: uma análise do poder de perspetivação

Comunicação apresentada no I Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação - Lisboa - 22-24 de Março 1999

1. Introdução

A comunicação apresenta alguns resultados dum estudo em curso sobre a representação da questão das mudanças climáticas na imprensa britânica. Uma das dimensões desse estudo consiste numa avaliação da perspetivação ('framing') da temática. Na comunicação, irei apresentar algumas conclusões sobre a forma como as perspectivas ou 'frames' promovidos pelas organizações ambientais são reconstituídas em três jornais ingleses: *Guardian*, *Independent* e *Times*.

Em que medida e de que forma é que as mudanças climáticas são uma questão política? Em jeito de nota prévia, num painel sobre comunicação política, fará sentido começar por reflectir brevemente sobre o que é, hoje, uma questão política, por um lado, e, por outro lado, o que é e como é a comunicação em torno de questões políticas.

Nas últimas décadas, tem havido uma importante politização de questões de ordem primariamente científica, como a que vai ser alvo da nossa atenção. Isto reflecte os próprios problemas que afectam hoje os povos, a nível nacional e internacional, tais como a manipulação genética de alimentos, o desaparecimento da camada de ozono e ameaças à biodiversidade, entre outros. A par com o debate científico sobre estas questões, e dados os riscos potenciais que apresentam para a saúde e a segurança dos seres humanos e do planeta, há necessidade de os próprios Estados tomarem decisões e adoptarem medidas relativamente a elas, pelo que se tornam problemas políticos.

Este tipo de problemas coloca várias questões ao nível da comunicação política. Trata-se de domínios altamente complexos do ponto de vista científico, em muitos casos havendo uma grande margem de incerteza em relação à sua evolução e, com frequência, importantes divergências entre os especialistas. Assim, a decisão política não pode apenas passar pelos governantes, antes tem, também, que recorrer a um conjunto de especialistas.

A interpretação e a comunicação do risco quer entre especialistas, entre estes e os decisores políticos, e entre ambos, cientistas e decisores, e os cidadãos, são funções extremamente importantes (O’Riordan, 1995). Tal como aponta Goldblatt (1996: 159) ‘social invisibility means that (...) environmental risks must first clearly be brought to consciousness, and only then can it be said that they constitute an actual threat, and that involves a process of scientific argument and cultural contestation.’

Neste debate, a comunicação social irá, obviamente, desempenhar um papel crucial de mediação, e quase sempre numa mediação não neutra (Hansen, ed., 1993; Bell, 1994; Mormont e Dasnoy, 1995).

Em Portugal, o recente caso das incineradoras de resíduos tóxicos parece-me paradigmático da importância que pode ter a comunicação pública da parte de especialistas, do papel dos media na mobilização popular, e da forma como tudo isto se pode reflectir no curso da decisão política.

Nesta comunicação, apresentarei, em primeiro lugar, a problemática das mudanças climáticas. De seguida, irei propôr uma análise do fenómeno das mudanças climáticas como um fenómeno discursivo. Centrarei a atenção no papel das organizações ambientais na construção discursiva da questão e, finalmente, apresentarei alguns resultados do estudo empírico que efectuei, propondo também conclusões que são do foro teórico-metodológico e que podem ter uma aplicabilidade mais genérica.

2. Mudanças climáticas - o problema e potenciais respostas

Centremo-nos na questão das mudanças climáticas. Trata-se de um problema em grande medida invisível para o cidadão comum. A menos que ocorram mudanças significativas no estado do tempo normal para uma determinada época na região do mundo em que habita (e há aqui que distinguir entre clima e estado do tempo), o cidadão comum não se apercebe do que está a acontecer. Mesmo para os especialistas, o problema só é cognoscível através de uma vasta rede científica, técnica e institucional. Para o cidadão comum, o conhecimento da temática passa necessariamente pela mediação dos jornalistas e da comunicação social.

Mas em que consistem afinal as alterações climáticas, quais as suas causas e como podemos combatê-las? O consenso científico que é agora, em 1999, dominante, aponta para a possibilidade de as mudanças climáticas levarem a:

- alterações significativas dos padrões climáticos das várias regiões do mundo, com impacto nos ecossistemas, na agricultura e na saúde humana;

- a ocorrência, possivelmente frequente, de acontecimentos imprevisíveis tais como tempestades e tornados, com o risco, que lhes está associado, a nível da segurança física dos seres humanos, das construções de habitação, de trabalho, e todo o tipo de infraestruturas. (IPCC, 1996a; IPCC, 1996b).

As mudanças climáticas decorrem da acumulação de gases responsáveis pelo efeito de estufa na atmosfera, isto é, gases que retêm os raios solares na atmosfera. Estes gases são: dióxido de carbono, clorofluorcarbonetos, metano, etc. Estes gases são produzidos naturalmente pela natureza, mas as actividades humanas relacionadas com a produção e utilização de energia têm intensificado em elevado grau a sua presença na atmosfera. A sua

produção esta profundamente enraizada nas práticas e modos de vida actuais: transporte, aquecimento, indústrias, etc.

Não existe nenhuma solução simples para o problema. Fazer-lhe face terá que passar por um importante reajustamento a nível industrial com, entre outras medidas, uma reestruturação das fontes de energia, uma transferência significativa dos combustíveis fósseis para as energias alternativas, um racionamento do uso de energia, uma alteração nos estilos de transporte, e um importante investimento nos transportes colectivos.

O que é requerido, a ter-se a intenção de reduzir as emissões de gases em 60 a 80 por cento nos próximos 50 anos, tal como a maior parte dos especialistas considera necessário, é uma transformação significativa a nível económico e dos estilos de vida. Nesta transformação, os cidadãos terão uma responsabilidade importante na adopção de práticas que possam minorar as emissões de gases nocivos para a atmosfera. Porém, o papel principal caberá aos Estados. Só eles têm a capacidade de gerar as condições e as infra-estruturas para a mudança e de coordenar todo o processo. Trata-se, portanto, de uma questão política central, no presente e nas próximas décadas.

3. Um fenómeno discursivo

Durante o período em análise, e sobretudo até 1995, existiram várias incertezas científicas em relação às alterações climáticas, alguns cientistas negando mesmo que estas estivessem a ocorrer ‘tout court’. Se bem que bastante menores, algumas incertezas subsistem hoje e dizem respeito, por exemplo, à variabilidade regional dos impactos das alterações climáticas. As incertezas e a complexidade que caracterizam a questão das mudanças climáticas estão na base de frequentes desacordos entre cientistas. É, portanto,

possível afirmar que as mudanças climáticas não são apenas um fenómeno físico mas também um fenómeno discursivo, que envolve um debate sobre várias interpretações do conhecimento científico. Do ponto de vista científico, o discurso, ou os vários discursos, sobre as mudanças climáticas são importantes porque definem o problema, e portanto delimitam as fronteiras de como ele deve ser pensado.

Mas não apenas a definição do problema é um fenómeno discursivo. O debate e a tomada de decisão sobre medidas a adoptar face ao problema, que requereria importantes transformações económicas e sociais, são-o também. São um fenómeno discursivo na medida em que envolvem necessariamente uma discussão sobre valores sociais, políticos, éticos e uma avaliação da importância de várias questões que as mudanças climáticas põem em causa como, por exemplo, a natureza e a segurança das futuras gerações ou o nosso conforto imediato.

Não se pretende aqui de todo afirmar que as mudanças climáticas só existem na ordem do discurso. Trata-se de um problema físico, com uma existência concreta. Mas a forma como ele é interpretado e avaliado depende da sua construção pelos vários actores sociais envolvidos e do(s) significado(s) que subjectiva e intersubjectivamente lhe são associados.

Tendo em conta o que foi dito acima é fácil concluir que o(s) discurso(s) sobre o conhecimento científico do problema das mudanças climáticas, e sobre os interesses e valores nele envolvidos criam o 'milieu', o meio ou ambiente, em que as decisões políticas são tomadas.

A importância da construção discursiva de questões ambientais e, de forma mais geral, da sua construção como problemas sociais, tem sido salientada por um já vasto número de autores. Vendo o ambiente como um 'site for a repertoire of definitional and contestatory activities', Hannigan (1995: 187) propõe uma sociologia do ambiente constructivista, atenta à forma como os interesses e perspectivas sobre o ambiente são

constituídos, apresentados e contestados. Myerson e Rydin (1996) centram-se na análise da retórica e argumentação utilizadas para a promoção de nova informação, novos conceitos e novas práticas no domínio do ambiente. Burgess (1990; Burgess e Harrison, 1993) tem salientado e analisado a forma como os significados circulam socialmente entre os seus produtores e consumidores, ou codificadores e decodificadores.

Litfin (1994) e Paterson (1996) apontam para a necessidade de estudos sistemáticos da construção de sentido em relação às questões da camada de ozono e das mudanças climáticas.

Qual o papel dos media neste contexto? A comunicação social é importante na sensibilização e mobilização dos cidadãos, que têm, individualmente, um papel importante na tomada de medidas face ao problema. Do ponto de vista político, a comunicação social é importante pelo mesmo tipo de razão, porque influencia a opinião dos cidadãos e portanto a popularidade de acções a adoptar pelos governos. Simultaneamente, os media influenciam a percepção que os actores políticos tem dos problemas e muitas vezes contribuem para a definição da agenda política. De forma mais genérica, os media criam um universo discursivo no qual as questões são socialmente construídas. Ao dirigir a atenção para determinados acontecimentos e problemas, os media iniciam com frequência uma cadeia de reacções sociais e decisões em relação aos mesmos.

Não é de admirar, portanto, que neste, como em muitos outros assuntos, vários actores sociais compitam para se fazerem ouvir e para publicitar as suas posições através dos media. Estes actores serão, entre outros, cientistas (de meteorologistas a biólogos), actores com interesses económicos (desde empresas petrolíferas a organizações de comércio), e actores políticos (governamentais e de partidos da oposição).

As organizações não governamentais de defesa do ambiente, tais como Friends of the Earth, Greenpeace, World Wide Fund for Nature, ocupam uma posição significativa na medida em que, supostamente não representando interesses particulares, apenas o equilíbrio do planeta, são frequentemente questionadas pelos media. Para além disso, desenvolvem intensas campanhas de promoção das suas agendas com a finalidade de as suas mensagens serem amplificadas pelos media. Vários estudos têm demonstrado a capacidade de influência destas organizações não governamentais a nível social e político relativamente a matérias ambientais (Princen e Finger, 1994; Wapner, 1996; Ringius, 1997).

O meu objectivo principal nesta comunicação é reflectir sobre as perspectivas a que as organizações ambientais aparecem associadas na imprensa e sobre o seu poder interpretativo, ou de perspetivação, como fontes da imprensa.

4. Instrumentos teóricos de análise

Um dos quadros teóricos em que esta comunicação se fundamenta é a teoria e análise de discurso, que seria talvez melhor dita no plural - teorias e análises de discurso - dada a multiplicidade de abordagens existentes. Nesta comunicação, a noção de discurso será entendida como prática(s) linguística(s).

O conceito de ‘frame’ é, a meu ver, um dos instrumentos mais úteis e elucidativos para a análise de discurso. Tal conceito tem sido definido de múltiplas formas nas ciências sociais e humanas, desde a abordagem proposta por Goffman em 1974. Goffman concebeu os ‘frames’ como grelhas de interpretação ou padrões comunicacionais ou interaccionais. Posteriormente, a noção de ‘frame’ passou a ser usada em vários sentidos, mas

genericamente apontando para diferenças de perspectiva na apresentação ou conceptualização de problemas.

No campo dos estudos dos media, a noção de ‘frame’ foi conceptualizada por Entman (1993) da seguinte forma:

Framing essentially involves selection and salience. To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described.(55)

Especificamente na área da política e das alterações climáticas, Jachtenfuchs (1996) analisou os ‘frames’ ‘interpretativos’ e ‘de acção’ que a União Europeia tem empregue em relação a tal problemática. Entendendo um ‘frame’ como ‘an analytical tool to grasp the cognitive structure of problem definitions which are the basis for action’(3), sugere que um ‘frame’ de ‘política ambiental clássica’ foi, em grande medida, substituído por um ‘frame’ de ‘desenvolvimento sustentável’. Ou seja, mudou tanto a forma de analisar o problema das mudanças climáticas, como a forma de gestão e busca de soluções políticas para o mesmo.

Litfin (1994) propõe uma análise do papel do conhecimento científico nas negociações internacionais sobre a camada de ozono assente na questão da perspetivação (‘framing’). Esta autora chama a atenção para diferenças na forma como os cientistas, os representantes de empresas e os políticos formularam e debateram o problema do ozono e a forma como tal influenciou o processo de decisão política.

O meu entendimento do conceito está também próximo do de Rein e Schon (1991): Framing is (...) a way of selecting, organizing, interpreting, and making sense of a complex reality so as to provide guideposts for knowing, analyzing, persuading and acting. A frame is a perspective from which an amorphous, ill-defined problematic situation can be made sense of and acted upon. (263)

Na minha forma de entender, ‘framing’, ou perspetivação, é parte intrínseca do discurso, ou seja, de qualquer formulação linguística acerca de um referente. Não se trata

de uma intervenção opcional sobre o discurso, de natureza manipuladora (Fairclough, 1995: 83) ou ideologicamente dominante (Durham, 1998: 102). Creio que ao comunicar, pelo menos verbalmente, se perspectiva sempre.¹

É, porém, incontestável que vários actores sociais competem normalmente entre si para que o sentido ou significado que propõem acerca de uma determinada questão domine socialmente. A batalha ideológica a que Durham se refere, envolvendo vozes e silênci/os/amentos, é constante. Um dos campos de batalha mais importantes são os media.

Os media não são, contudo, uma mero terreno ou praça de discussão. A sua selecção de acontecimentos ou questões, e a construção de notícias sobre os mesmos, é orientada por um complexo sistema de valores-notícia e também por opções e valores dos próprios jornalistas. A naturalidade e inevitabilidade do discurso mediático são apenas aparentes. A representação das perspectivas dos vários ‘claims-makers’ ou actores sociais interessados passa assim por uma reinterpretação e reconstituição pelos profissionais dos media.

Nos media, penso ser importante ter em consideração dois níveis de perspectivação: perspectivação pelas fontes e perspectivação pelos próprios media. Portanto, estaremos a falar de dois níveis de intervenção discursiva sobre um determinado objecto - a intervenção das fontes e a intervenção dos jornalistas.

No produto final que são os textos de imprensa, os vários actores sociais são referidos como fontes ou como ‘temas’, isto é, como objectos do discurso. Como tal, as perspectivas promovidas por tais actores podem ser re-presentadas nos media através da citação das suas afirmações e/ou através das palavras dos jornalistas (deverá ser notado aqui que a informação sobre os vários actores sociais e as suas perspectivas não provém necessariamente de tais actores).

¹ Tal é especialmente visível numa matéria como as mudanças climáticas, que tem a complexidade e as múltiplas dimensões que foram já apontadas.

Na linha de Entman (1993) penso que a perspectivação envolve sempre inclusão e exclusão. Em lugar de ‘saliency’ proporia a ideia de que a perspectivação envolve sempre composição, isto é, arranjo de vários elementos de determinada forma.

Nesta comunicação, será minha finalidade avaliar o poder interpretativo ou de perspectivação das organizações ambientais em relação à cobertura mediática da questão das alterações climáticas. O poder de perspectivação será entendido como a capacidade de um actor social fazer veicular as suas visões e posições através dos media, sendo tais perspectivas representadas sob a forma de citações e/ou texto da autoria dos jornalistas.

Durham (1998), tal como de certa forma Entman (1993), considera que os ‘frames’ (as perspectivas) são sempre ideológicos. Os frames nunca são neutros, transportam sempre opções, posições, ideias. Nesta linha, considero que qualquer *perspectiva* tem três dimensões que gostaria de propôr como instrumentos de análise:

- dimensão analítico-descritiva, i.e. as *perspectivas* apontam para alguns dos temas, questões ou aspectos que estão envolvidos num problema, simultaneamente descrevendo e analisando a realidade;

- dimensão normativo-avaliativa, i.e. implícita ou explicitamente os ‘frames’ remetem para preferências e valores, e envolvem opções ideológicas.

- dimensão prescritiva, i.e. com frequência as *perspectivas* remetem para a acção, estando nelas imbuídas orientações para tal acção.

5. Estudo empírico da imprensa britânica: Perspectivas das organizações ambientais em relação às mudanças climáticas

Passarei agora à minha análise empírica propriamente dita, começando por fazer uma contextualização da mesma em termos de tempo e de espaço.

O período de análise cobre os anos de 88 a 97. 1988 é o ano em que o Departamento do Ambiente do governo do Reino Unido publica o primeiro estudo preliminar sobre os efeitos das mudanças climáticas nesse país, e 1997 o ano do Protocolo de Kyoto em que os países industrializados acordaram em reduzir as emissões em 5,2% em média, face aos níveis de 1990 até 2012.

Porquê um estudo sobre o Reino Unido? Por vários tipos de razões. Por um lado, o perfil internacional deste país, que passou de conservador e resistente à mudança a uma posição progressista, de liderança internacional. Será interessante analisar as condições dessa mudança. Por outro lado, nos anos cobertos por esta análise, os governos do Reino Unido tiveram uma tendência liberal, deixando, em grande medida, confiadas ao mercado as soluções para os problemas. Como tal, o papel da comunicação na sensibilização do(s) público(s) e dos actores económicos é importante. Finalmente, o Reino Unido tem uma importante tradição de activismo cívico, na área do ambiente e outras, pelo que se justifica analisar as dinâmicas sociais nesta questão.

No âmbito de um projecto de investigação mais alargado² efectuei para esta comunicação uma análise de textos de imprensa abarcando 60 artigos publicados entre 1988 e 1997 nos seguintes jornais: *Guardian*, *Independent* e *Times*. Estes jornais foram seleccionados pelo facto de serem ‘quality papers’ com uma importante influência como ‘agenda-setters’ e ‘opinion-makers’ a nível social e político na Grã-Bretanha. Os artigos

² Projecto de doutoramento em curso na University College London, Departamento de Geografia.

foram recolhidos a partir de uma base de dados em CD-ROM empregando sucessivas técnicas de amostragem aleatória.

A questão que conduziu a minha investigação foi a seguinte: de que forma é que as perspectivas promovidas pelos diferentes actores sociais em relação às alterações climáticas são representadas na imprensa e qual o peso relativo das várias perspectivas nos textos de imprensa?

Metodologicamente, procurei combinar alguns aspectos da análise de conteúdo com a análise de discurso. A primeira tende, tradicionalmente, a ser bastante descritiva e quantitativa. A análise de discurso, sendo normalmente bastante mais rica do ponto de vista interpretativo, oferece, em muitos casos, pouco rigor analítico. Foi, portanto, um grande desafio procurar um meio-termo entre estas duas situações, procurando combinar as suas vantagens e evitar as desvantagens.

Começarei por fazer referência ao estudo de C. Trumbo (1996) que, tendo um objecto de análise e pontos de partida teóricos bastante semelhantes ao meu, chega a conclusões muito diferentes das minhas, que serão detalhadas mais abaixo.

Trumbo efectuou uma análise da cobertura das mudanças climáticas na imprensa norte-americana no período de 1985 a 1995. Do ponto de vista teórico, este autor baseia-se na questão da competição entre actores sociais para promoverem as suas ideias, visões dos problemas e agendas ('claims-making') e no papel que os media desempenham. Utiliza a noção de 'frame' para analisar o conteúdo dos textos mediáticos e a, partir da definição proposta por Entman (1993), distingue quatro funções dos 'frames' - definir problemas, diagnosticar causas, fazer juízos de valor, e sugerir soluções.

Esta visão dos 'frames' é bastante semelhante, mas menos sistemática que aquela que apresentei anteriormente e com a qual pode ser comparada:

- dimensão analítico-descritiva - definir problemas e diagnosticar causas;
- dimensão normativo-avaliativa - fazer juízos de valor;
- dimensão prescritiva - sugerir soluções.

Trumbo procura identificar associações entre três tipos de actores sociais, cientistas, políticos e grupos de interesse, e as quatro funções dos ‘frames’.

A minha análise indica que tais associações não nos dizem muito acerca do papel da perspetivação, que é muito mais complexo. Assim, o facto dos cientistas aparecerem associados em cerca de 80% dos artigos à análise de problemas e suas causas e apenas em 15% a juízos de valor não significa, a meu ver, que os cientistas, ou os artigos em que são citados, tenham pouca importância para a avaliação normativa da questão das mudanças climáticas e do risco que elas envolvem.

Por um lado, há que ter em atenção que toda a análise científica está imbuída de valores e preferências ideológicas (Jasanoff, 1990; Wynne, 1994) e nunca fornece uma visão completa do real. Por outro lado, há que notar que é mais importante analisar a forma como os problemas e causas são apresentados pelos cientistas e pelos media (na consciência de que há perspetivação pelas duas partes) do que a mera quantidade de vezes que são referidos. Face a uma questão tão complexa como as mudanças climáticas muitos aspectos diferentes do problema podem ser incluídos ou excluídos, enfatizados ou minimizados, e tal está imbricado com questões normativas (ou juízos de valor) e tem implicações a nível prescritivo (ou de acção).

O meu estudo suscita, portanto, uma crítica ao valor das análises meramente quantitativas e globais (isto é, tendo em conta um conjunto mais ou menos vasto de items/artigos, ao mesmo tempo). É importante fazer uma análise qualitativa de cada item individualmente, tendo em conta as suas nuances de sentido.

Uma outra crítica ao artigo de Trumbo relaciona-se com o facto de ele amalgamar sob a mesma designação - ‘grupos de interesse’ - actores sociais muito diferentes como

sejam, por exemplo, empresas e organizações não-governamentais. As perspectivas e agendas destes dois tipos de actores são muito distintas, e afirmar que eles surgem em 50% dos artigos associados a juízos de valor em 20% associados a soluções para o problema não nos ajuda em (quase) nada a compreender o papel de cada um na construção social da questão das alterações climáticas.

O meu estudo centrou-se apenas na amostra de 60 artigos referida atrás. O primeiro passo da minha análise consistiu em efectuar várias leituras dos referidos artigos, que permitiram verificar que as alegações e propostas ('claims') dos vários actores sociais interessados ('claims-makers') têm de facto um grande peso na cobertura noticiosa da questão das mudanças climáticas. Na base da grande maioria dos artigos analisados estão, não acontecimentos climáticos, mas sim relatórios, conferências e cimeiras políticas. Assim, a representação mediática do nosso tema parece depender da iniciativa dos actores sociais no sentido de organizarem e projectarem a atenção sobre estes 'eventos'. Tal representação dependerá, em enorme medida, também das preferências e das opções dos profissionais dos media

Num segundo momento, procurei efectuar uma identificação de temas, valores e sugestões de acção, de acordo com as três dimensões das perspectivas, antes referidas. Rapidamente concluí que tal análise de conteúdo correria o risco de ser simplista e era pouco reveladora. Uma análise mais adequada teria que passar por uma reconstituição dos textos segundo perspectivas ou 'frames' 'tipo-ideal' e a forma como os vários actores sociais se relacionam com eles. Por limitações de vária ordem, este tipo de análise não será aqui explorada em detalhe, ficando em aberto para o futuro a possibilidade de a testar.

O terceiro procedimento consistiu em seleccionar apenas um actor social, as organizações de defesa do ambiente, e de analisar 'internamente' os textos em que as suas perspectivas eram referidas. Quando digo 'internamente' quero dizer que cada artigo foi

tomado como um todo e não como parte de um ‘corpus’ de análise e que estive atenta à construção de sentido em cada artigo individualmente.

Para avaliar adequadamente o peso relativo da perspectivação das organizações ambientais em textos de imprensa verifiquei ser necessário usar medidas de análise tanto quantitativas como qualitativas, e vários tipos de indicadores, que passo a listar.

Medidas quantitativas:

- frequência: frequência de aparecimento das organizações ambientais (ou de qualquer outro actor social) como fontes;
- superfície: espaço que lhes é dedicado no texto.

Medidas qualitativas:

- confronto de perspectivas : existência ou não de contestação da perspectiva que é proposta pela fonte;
- papel no texto: papel da(s) perspectiva(s) da fonte face a outras (ex. reforço, crítica, comentário de especialista);
- posição: posição relativa das afirmações da fonte ou da sua perspectiva no texto (ex. princípio, meio, fim);
- aspectos retóricos: metáforas e outras figuras de estilo empregues pela fonte ou pelos jornalistas ao referirem-se às perspectivas da fonte.

Foi também tido em conta o título dos artigos e a influência da perspectiva da fonte sobre o mesmo. Este indicador foi considerado tanto de forma quantitativa como qualitativa.

De seguida serão apresentadas alguns resultados do meu estudo segundo os parâmetros acima indicados.

As organizações ambientais surgem em 22% dos artigos seleccionados, o que é razoavelmente importante.

A superfície ocupada pelas perspectivas das organizações ambientais é relativamente pequena - em média, apenas 35% da superfície dos artigos em que são referidas, o que é um valor fraco se ponderado em relação ao total da amostra. Este indicador aponta para um poder de dominar a perspetivação da cobertura noticiosa relativamente débil.

46% dos títulos dos artigos em que as organizações ambientais são referidas reflectem, de alguma forma, as perspectivas por elas promovidas. Trata-se apenas de 10% do total dos artigos constituintes da amostra. A legitimidade apontada pelo título relativamente às perspectivas das organizações ambientais varia. Por vezes são usadas aspas, sendo portanto claramente identificada a origem, noutros casos elas são dispensadas, o que indica uma 'subscrição' implícita das perspectivas das organizações ambientais pelo jornalista.

Relativamente ao confronto de perspectivas, a minha análise indica que ele ocorre na maior parte dos artigos em que as perspectivas das organizações ambientais aparecem obviamente a dominar, em termos do título, por exemplo. Tal é igualmente regra com as perspectivas doutros actores sociais (ou fontes). Os cientistas são, com alguma frequência, uma importante excepção. Porém, as perspectivas das organizações de defesa do ambiente surgem muitas vezes posicionadas no final dos artigos, em contestação das perspectivas de outros actores, o que não deixa espaço para que elas próprias sejam contestadas. Tal é um poder de perspetivação das notícias muito significativo.

As perspectivas promovidas pelas organizações ambientais surgem muitas vezes como crítica das perspectivas de outros actores. Tais organizações aparecem a oferecer

contra-perspectivas, ao nível das várias dimensões atrás referidas (analítico-descritiva, normativo-avaliativa, prescritiva).

As perspectivas das organizações ambientais são muitas vezes apresentadas no final dos artigos, o que lhes confere uma grande importância porque ‘encerram’ o ‘debate’, sendo a sua perspectiva a marcar o final da leitura do artigo, e podendo ser entendida como a leitura ‘preferida’ do(s) autor(es).

As organizações ambientais empregam muitas vezes metáforas, comparações, metonímias, etc, ao referirem-se às alterações climáticas. Os outros actores sociais, procurando certamente veicular uma imagem de rigor e profissionalismo, usam uma linguagem muito mais denotativa. Em termos jornalísticos, os artefactos retóricos a que as organizações ambientais recorrem têm uma grande força e são retidos pelos jornalistas.

O seguinte exemplo parece-me ilustrativo das questões referidas nos parágrafos anteriores. Num artigo publicado a 10.10.96 pelo *Independent*, com o título 'UK will profit by global warming' to make Britain richer' dava-se conta de afirmações proferidas por economistas da Universidade de Yale, num seminário organizado por empresas petrolíferas. Tais analistas argumentavam que o aquecimento global traria ganhos económicos para países na latitude do Reino Unido e Estados Unidos.

O título do artigo é moldado pela perspectiva dos economistas, que ocupa também a maior parte da superfície do artigo. A forma como o artigo é concluído (para além duma referência breve no meio do artigo no mesmo sentido) é porém determinante:

‘Merylyn McKenzie Hedger of the World Wide Fund for Nature said the studies ‘reveal great complacency. There are these underlying planetary life support systems, such as habitats, which they ignore’.

O caminho que o sentido toma no final é bastante distinto do resto do artigo. A questão da perspetivação ajuda-nos a dilucidar esta situação. Do ponto de vista analítico-descritivo, o artigo, pela voz de Hedger, perspectiva o problema das mudanças climáticas

face aos habitats das várias espécies de vida na terra, enquanto que os economistas o vêem como uma questão de ganhos ou perdas financeiras.

O foco de luz trazido pela organização ambiental aponta também para opções valorativas completamente diferentes - do bem-estar material de *alguns* seres humanos para o respeito pelos habitats e ecossistemas. E não se trata aqui de reflectir no valor e nos direitos das outras espécies, mas de toda a vida na terra. Note-se a força da expressão ‘underlying planetary life support systems’. Isto é o sentido depende não apenas do objecto de análise mas também da sua formulação linguística e retórica .

Finalmente, as implicações prescritivas de cada uma das perspectivas são óbvias. Enquanto que a dos economistas aponta para a manutenção das práticas actuais, para ‘business-as-usual’, ou até uma intensificação dessas práticas (dadas as suas consequências ‘benéficas’), a perspectiva da representante da WWF aponta para a necessidade de se repensar (e mudar?) essas práticas.

Os vários indicadores apontados acima conduziram, isoladamente, a conclusões bastante diversas sobre a predominância das perspectivas promovidas por um actor social nos media (e que intitulei como o seu poder de perspetivação). Só a combinação de todos os indicadores e a sua análise crítica nos permite ter uma visão mais adequada de tal poder.

Para terminar, e evocando Durham (1998) mais uma vez, é importante reconhecer o papel dos silêncios na construção do sentido. Tal como foi dito antes, as perspectivas tanto mostram como escondem. Não basta analisar os ‘frames’ que aparecem na imprensa, mas também detectar os que estão ausentes, ou que são obscurecidos. É uma estratégia que segui apenas de forma incipiente no meu estudo e que certamente se revelará de grande interesse.

Em conclusão

Para avaliar a importância das posições discursivas ou das perspectivas promovidas pelas diversos actores sociais e políticos e a sua representação nos media é importante diversificar os instrumentos de análise e fazer deles uma leitura contextualizada e crítica. O cruzamento de todos estes instrumentos no meu estudo aponta para um poder de perspetivação relativamente importante por parte das organizações ambientais, embora com algumas limitações.

Há, contudo, que ter em mente que esse poder de perspetivação é fundamentalmente concedido ou negado pelos jornalistas, que detêm eles próprios um importante poder de construção discursiva dos problemas sociais, políticos, ambientais. Isto aponta para uma das limitações que pode ser apontada a este estudo. Anderson (1991: 65) considera que as conclusões atingidas a partir apenas da análise de textos mediáticos deve ser complementada com entrevistas com as fontes e com os profissionais dos media para compreender os processos de negociação que ocorrem a esse nível. Tal será a fase seguinte do projecto em curso, com o objectivo de compreender as complexas formas de interacção entre vários actores e arenas sociais e os media.

Podemos dizer que estudos deste tipo são importantes porque, como já referi, o discurso tem um papel constitutivo, criando as condições para a acção ou a inacção. Ulrich Beck (1992 e 1995), um conhecido sociólogo alemão, usa a expressão ‘sociedade de risco’ para definir o estado civilizacional em que nos encontramos e, em alternativa às relações de produção que Marx considerou cruciais, Beck refere-se a ‘relações de definição’ (1995). A forma como são definidos os problemas científicos e políticos é essencial para se tomarem ou não medidas relativamente a eles e para decidir o tipo de actuação.

Bibliografia

- Anderson, A. (1991) 'Source-media relations: the production of the environmental agenda' in A. Hansen (ed.) (1993) *The Mass Media and Environmental Issues*, Leicester: Leicester University Press
- Beck, U. (1992) *Risk Society: Towards a New Modernity*, London: Sage
- Beck, U. (1995) *Ecological Politics in an Age of Risk*, Cambridge: Polity
- Bell, A. (1994) 'Climate of Opinion. Public and Media Discourse on the Global Environment', *Discourse and Society*, vol. 5 (1)
- Burgess, J. (1990) 'The Production and Consumption of Environmental Meanings in the Mass Media: a Research Agenda for the 1990s', *Transactions of the Institute of British Geographers* 15
- Burgess, J. and C. Harrison (1993) 'Environmental Communication and the Contingency of Meaning: a Research Note' in A. Hansen (ed.) (1993) *The Mass Media and Environmental Issues*, Leicester: Leicester University Press
- Durham, F. (1998) 'News frames as social narratives: TWA Flight 800', *Journal of Communication*, vol. 48 (4)
- Entman, R. M. (1993) 'Framing: toward clarification of a fractured paradigm', *Journal of Communication*, vol. 43 (4)
- Fairclough, N. (1995) *Media Discourse*, London: Edward Arnold
- Goffman, E. (1974) *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, Cambridge, MA: Harvard University Press

- Goldblatt, D. (1996) *Social Theory and the Environment*, Cambridge: Polity
- Hajer, M. (1995) *The Politics of Environmental Discourse. Ecological Modernization and the Policy Process*, Oxford: Clarendon Press
- Hannigan, J. (1995) *Environmental Sociology. A Social Constructionist Perspective*, London and New York: Routledge
- Hansen, A. (ed.) (1993) *The Mass Media and Environmental Issues*, Leicester: Leicester University Press
- IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) (1996a) *Climate Change 1995: The Science of Climate Change*, Cambridge: Cambridge University Press
- IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) (1996b) *Climate Change 1995: Impact, Adaptations and Mitigation of Climate Change: Scientific and Technical Analyses*, Cambridge: Cambridge University Press
- Jachtenfuchs, M. (1996) *International Policy-Making as a Learning Process? The European Union and the Greenhouse Effect*, Aldershot: Avebury
- Jasanoff, S. (1990) *The Fifth Branch: Science Advisers as Policymakers*, Cambridge, MA and London: Harvard University Press
- Litfin, K. (1994) *Ozone Discourses. Science and Politics in Global Environmental Cooperation*, New York: Columbia University Press
- Mormont, M. and C. Dasnoy (1995) 'Source strategies and the mediatization of climate change', *Media, Culture and Society* 17
- Myerson, G. and Y. Rydin (1996) *The Language of Environment: a new rhetoric*, London: UCL

- O’Riordan, T. (1995) ‘Introduction: Risk Management in its Social and Political Context’, in T. O’Riordan (1995) *Perceiving Environmental Risks*, London: Academic Press
- Paterson, M. (1996) *Global Warming and Global Politics*, London and New York: Routledge
- Princen, T. and M. Finger (1994), *Environmental NGOs in World Politics*, London: Routledge
- Rein, M. and Schon, D. (1991) ‘Frame-reflective Policy Discourse’, in P. Wagner *et al* (eds.) *Social Sciences and Modern States. National Experiences and Theoretical Cross-Roads*, Cambridge: Cambridge University Press
- Ringius, L. (1997), ‘Environmental NGOs and Regime Change: The Case of Ocean Dumping of Radioactive Waste’, *European Journal of International Relations*, vol. 3 (1)
- Trumbo, C. (1996) ‘Constructing Climate Change: Claims and Frames in US News Coverage of an Environmental Issue’, *Public Understanding of Science* 5
- Wapner, P. (1996) *Environmental Activism and World Civic Politics*, Albany: State University of New York
- Wynne, B. (1994) ‘Scientific knowledge and the global environment’, in M. Redclift and T. Benton (eds.) (1994) *Social Theory and the Global Environment*, London: Routledge